

CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: ENCLAVE DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL? OS CASOS DE BRASIL E PERU

Felipe Augusto Duarte¹⁰⁵
fad.drp@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da forma pela qual se dá a inserção do capitalismo mundializado na região amazônica (RA), com especial atenção a sua porção brasileira e peruana. Nosso foco, para além da sabida riqueza de recursos naturais da RA é elucidar a importância que tem seus recursos humanos, a saber, a atividade de sua população originária, intentando recolocar a centralidade de seu trabalho como fonte do valor. Propõem-se, por meio do método materialista histórico desvelar e compreender a importância dos ameríndios na conformação da RA como espaço econômico, político e social de relações. Fundamentado na concepção de que é a partir da atividade consciente, o trabalho, que a espécie humana se relaciona com o meio e realiza sua existência, na produção e reprodução material, orientamos a reconstrução teórica do movimento do trabalho indígena, a partir do contexto objetivo dos meios de produção e da sociabilidade por eles ensejada no interior da RA. Trata-se, portanto de estudar “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX E ENGELS, 1979 p.26).

Palavras-chave: Amazônia; Acumulação de Capital; Sociedades Indígenas; Capital Mundializado.

Introdução

Partindo da peculiar formação do capitalismo Latino Americano, efetuado a partir da conquista da América pelos impérios de capitalismo mercantil ibérico, investigamos a inserção e as formas do capitalismo na Região Amazônica (RA). Sendo assim, nosso objetivo fundamental é desvendar os meandros das lutas de classes no interior da RA, sendo o meio pelo qual podemos capturar sua dinâmica social. Neste sentido, centralizamos nossa análise como o faz Enrique Amayo Zevallos, nas relações entre o trabalho indígena e a conformação da região enquanto espaço econômico, social e político de relações.

Para tanto, nos ateremos aos casos específicos de Brasil e Peru, Estados inseridos no contexto da produção, reprodução e comercialização do capitalismo, desde sua fase mercantil até atualmente em sua fase mundializada, de maneira marginal, desigual e com um nexo de dependência combinada aos centros irradiadores do capital. Nas quais, como diz Florestan Fernandes (FF) (2005), jamais houve internalização dos moveis de decisão econômica,

¹⁰⁵ É aluno de graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Araraquara. Forma parte do Núcleo de Pesquisas Sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA), no qual desenvolve sob a orientação do Professor Titular Ph.D. Enrique Amayo Zevallo estudos acerca da inserção e das formas do capitalismo mundializado na região Amazônica com especial atenção a luta de classes indígena.

criando na região uma situação de heteronomia econômica, com produção voltada para o mercado externo e nas quais o Estado gestou-se de costas para as demandas do amplo espectro da sociedade civil.

A América, tanto a da conquista colonial como da neocolonial, tem sido uma das bases fundamentais que asseguram, em seu avaro possível histórico, a incessante acumulação de capital, sem a qual, por exemplo, seria impossível o advento do capitalismo industrial. Estes vultosos aportes de capital estabeleceram-se sempre por meio da exploração de matérias primas e gêneros agrícolas, e são incompreensíveis se não colocarmos a termo o fato de que é o trabalho humano que lhes confere valor. Disto, temos uma prova da importância do trabalho indígena na conformação de nossa sociedade contemporânea. São os nativos americanos os primeiros a humanizar este rico continente com uma produção material e intelectual imprescindíveis para a produção da vida na zona intertropical. É sobre eles, que após a conquista, se inaugura a divisão internacional do trabalho desigual e combinada que vige até os dias atuais entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Neste trabalho, nosso foco está sobre os indígenas que construíram e constroem diuturnamente a realidade da RA.

Diferentes ramos como a linguística, a história étnica e demográfica, tem demonstrado que a Amazônia seria a época do descobrimento densamente povoada, segundo o etno-historiador Willian Denevan²¹⁰⁶ contava com uma densidade de 14,6% hab/km², sendo que apenas no território que hoje denominamos como brasileiro existiam em torno de 2 milhões de habitantes. Situação que exemplifica a existência e o sucesso da subsistência expandida da atividade humana na região. Contudo, após o que José Carlos Mariátegui (JCM) (2008) chama de conquista militar e eclesiástica do continente americano, “provavelmente uma das maiores catástrofes demográficas da humanidade”

(CUNHA, 1994, P.124). Os nativos tiveram seu modo de produção da vida violentamente interrompido e dilacerado por um duplo caráter do modo de produção capitalista ainda em sua fase mercantil: a lógica da apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, que retirou-lhes os meios de subsistência; E a divisão social e internacional do trabalho, desigual e combinada que passou a escraviza-los, ambas patrocinadas por um eficiente braço eclesiástico-militar.

Esta interrupção em seu modo de produção veio a significar o paulatino desmonte de suas culturas entremeios a um dramático refluxo populacional. Advogamos que atualmente sua situação não é substancialmente diferente, pois, após 513 anos de conquista, continuam

¹⁰⁶ DENEVAN, W. M. *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1976. 1 vol. Parte IV: South America

igualmente impedidos de realizar a produção e reprodução de sua vida, a partir de sua própria produção da vida social, mantidos em uma situação marginalizada, subsistindo num limiar entre sua real existência e a negação da mesma pelos Estados brasileiro e peruano no sentido em que lhes é vedado à propriedade dos meios de produção e reprodução, no caso a terra que é nas palavras de JCM toda sua alegria e seu meio de vida. É por meio da histórica exploração local de sua mão de obra e da expropriação de seus meios de produção, numa espécie de colonização interna, aos moldes de uma economia de enclave³¹⁰⁷, que a RA concorre de maneira exemplar para a acumulação mundializada do capital há 513 anos.

1 Do capitalismo mercantil ao capitalismo mundializado

1.1 A herança da conquista ibérica, o colonialismo e a escravidão

É traço fundamental das sociedades sul-americanas atuais, sua construção sobre as bases da conquista da região pelos impérios de capitalismo mercantil Portugal e Espanha.

Partimos da acepção de José Carlos Mariátegui, segundo a qual, “no campo da economia se percebe melhor que em qualquer outro até que ponto a conquista divide a historia...”

(MARIÁTEGUI, 2008 p.33). Neste sentido, a economia colonial, marca de maneira dramática a forma pela qual se dá a inserção da região sul-americana na produção, reprodução e comercialização das necessidades humanas no capitalismo mundializado. Sinalizando importantes laços que enredam o possível histórico destas nações, desde então, amplamente perpassadas pelo “escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Com efeito, “O sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2005, p.41), onde não existem condições para organizar um fluxo interno da renda. Assim, os processos econômicos da colônia se desenrolavam na metrópole ou nos países dos grupos que financiam sua produção agrária, mineradora, de transportes, da estocagem até a venda do produto final. Controlando a cadeia produtiva e de comercialização e gerando senão uma economia residual e horizontalizada com “eternização do estado de heteronomia econômica” (FERNANDES, 2005, p.41). A grande lavoura colonial, “era compelida a especializar-se como unidade

¹⁰⁷ Economia, posta em um espaço (sub)periférico, com forte presença de Investimento Direto Externo (IDE) e tecnologia exógenas, atraídos mediante vantagens competitivas (fundamentalmente incentivos fiscais), onde os lucros retornam aos donos do capital e que não criam importantes nexos de fluxo de renda interno.

econômica estanque e fechada sobre si mesma”

(FERNANDES, 2005, p.42) uma empresa exportadora. Destarte, a economia colonial era fechada sobre si mesma, “apesar de organizar-se para a exportação: seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (FERNANDES, 2005, p.42).

A escravidão negra e indígena era a relação essencial de trabalho, misturada aos elementos de uma economia colonial “destinado a fracassar como meio de exploração e organização econômica...” (MARIATEGUI, 2008, p.35). Fato que de certo modo, perdura até os dias de hoje, onde sociedade civil confunde-se com os estamentos sócias dominantes que correspondem a uma ordem construída racial e economicamente. Na qual o combate à escravidão, ocorreu tão somente em sua dimensão anacrônica, e posta por uma necessidade dos avanços no modo de produção capitalista, agora em sua fase industrial, com uma divisão do trabalho ávida por assalariados.

1.2 O neocolonialismo: da emergência e expansão do capitalismo competitivo a sua expressão mundializada

O que se vê na América Latina durante a ascensão do capitalismo industrial é uma nova rodada de expropriação econômica com repetida negação de direitos a grande massa da população.

Não é intrínseco ao capitalismo – explicita Florestan Fernandes - um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos [...]. (FERNANDES, 2005, p.261).

Este é um momento em que, após as independências, ocorre grande fluxo de empréstimos aos Estados Latino Americanos, destinados a financiar grandes investimentos em infra-estrutura com vistas ao proveito dos consórcios financeiros dos países centrais. Assim, partindo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mostra-se claramente como se dá a inserção internacional dos países capitalistas atrasados e das colônias na ordem competitiva, ou seja, a periferia do capital com a dominação das burguesias locais, está condenada a desenvolver-se através de impulsos externos de ordem econômica e política.

Posteriormente, fazendo uso altamente satisfatório dessa estrutura colonial e

neocolonial competitiva das economias hospedeiras, sem mecanismos de autodefesa, que avança o capital monopolista das grandes corporações na região. Controlando a exploração e comercialização internacional de matérias primas e a tímida produção industrial para o mercado interno, onde se destaca a importância dos Investimentos Externos Diretos (IED) como instrumento essencial de especialização produtiva.

Fato que salta aos olhos é a existência do *welfare state*, que segundo José Luís Fiori, é a peça essencial de um contexto mais amplo que durou trinta anos de fins da década de 1940 até meados de 1970, a chamada “era de ouro do capitalismo”, conhecida desta maneira pela manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes, entremeios a políticas socialmente orientadas, com ambiente de estabilidade econômica global, que permitiu uma conciliação entre o crescimento e a estabilidade. Contudo é apenas nos países centrais “onde de fato se pode falar em *welfare*”. (FIORI, 1997, p.134).

A AL muito ao contrario, passa por ditaduras civil-militares, no Brasil ocorreu de 1964 a 1985 e no Peru de 1968 a 1980. Nas quais as classes dominantes utilizaram do monopólio da violência, as forças armadas, para assegurar sua posição privilegiada de poder e apropriação, levando as ultimas consequências sua clara associação e solidariedade de classe as burguesias dos centros hegemônicos do capital. Assegurando, com efeito a eternização da condição neocolônia da região, onde imperam a meritocracia social e o princípio renda – contribuição – benefício que reproduzem o sistema de desigualdade da estrutura social vigente. Na qual a Amazônia como fronteira móvel da produção e seu suposto vazio demográfico ganham enorme importância.

Um financiamento regressivo do gasto social e uma hipertrofia burocrática – escreve George Kornis acerca das linhas gerais do estado social na América latina – que eleva em muito o custo operacional e favorece a manipulação clientelística. Um *welfare state*, em síntese meritocrático-particularista fundado na capacidade contributiva do trabalhador e num gasto público residual financiado por um sistema tributário regressivo. Um sistema não-redistributivo e montado por um quadro de grandes desigualdades e de miséria absolutas [...]. (KORNIS, 1995, p. 58-59).

Com as crises nas décadas de 1970/80, o *welfare state* é duramente criticado como oneroso e ineficiente soma-se a isso a um cenário propício, como o fim das URSS e a ascensão do neoconservadorismo. Surge assim, seu substituto, o estado neoliberal, pautado na desregulamentação do mercado de trabalho e na privatização de empresa e serviços antes nas mãos do Estado. É a fase da mundialização do capital, onde, segundo François Chesnais,

apesar de retomar alguns aspectos das ondas passadas, tem características diferentes no sentido e no conteúdo da acumulação de capital. Dada agora pela acumulação centralizada em gigantescos capitais financeiros obcecados pela rentabilidade e liquidez.

Agora a esfera financeira comanda a repartição e a destinação social das riquezas geradas pela divisão social do trabalho, pois é a partir dela que se determinam as relações de produção. Dois aspectos são fundamentais nesta dinâmica: a criação de capital fictício e a transferência de riquezas em um ritmo acelerado para a esfera financeira, sobretudo, através dos papéis da dívida pública com acentuada desregulamentação financeira. É o que Chesnais chama de triunfo do capital rentista, no qual a liberalização dos fluxos de capitais, após um século de regulamentação e barreiras, ganha uma dinâmica nunca vista.

A isto, segue “[...] o ressurgimento de formas brutais e agressivas na busca por aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico” (CHESNAIS, 1996, p. 16). Onde o abismo entre os que comandam o capital monetário econômica e politicamente aumento sobremaneira do qual os Estados Unidos da América (EUA) são o epicentro e arbitro. Neste momento a Amazônia, é novamente encarada como a eterna fronteira móvel do capital agora mundializado, e mais uma vez repete-se a expropriação da RA sem a criação de fluxos internos de renda, com acentuada expropriação das sociedades indígenas por transnacionais que aliadas ao poder estatal, promovem o agronegócio e a exploração de recursos minerais e biológicos.

Desta forma, podemos caracterizar ainda que em linhas gerais o capitalismo que se desenvolve na região como marginal, dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado¹⁰⁸. Aonde, mesmo após a “internalização dos moveis de decisão política, jamais houve a internalização dos moveis decisórios econômicos” (FERNANDES, 2005).

2. A região amazônica e sua população

“Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado [...]” (MARIATEGUI, 2008, p.) é neste contexto econômico e social, de capitalismo dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado sob a égide do capital monetário financeirizado que se insere a RA, inclusão excludente que se

¹⁰⁸ Segundo Trotsky o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Este processo toma no seu conjunto um carácter irregular, complexo e combinado. (TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. 1 ed. Sunderman – São Paulo. 2013).

evidencia na sua crescente contribuição para o processo de acumulação de capital nacional e internacional. Com efeito, para nossa discussão, é fundamental estudar a região em sua totalidade¹⁰⁹; Bem como o posicionamento dos Estados nacionais sul-americanos que a compartilham e os interesses que nela implicam.

Aqui, qualificaremos os casos de Brasil e Peru uma vez que detêm juntos por volta de 75% do território amazônico, o Brasil possui aproximadamente 58% dele e o Peru 16%. Disto, “temos um indicador da importância da Amazônia na formação histórica destes países” (AMAYO, 1999), tão logo destes países no destino amazônico. Importância que não advém apenas da extensão territorial e de sua megadiversidade conhecimento indígena acerca da floresta. Juntos Brasil e Peru, concentram segundo Amayo (2009), algo em torno de 55% da população indígena amazônica do total de 936 mil. Dito isto, cabe elucidar a herança do processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira e peruana entre 1960-80 que acentua o desenvolvimento das forças produtivas e o conjunto das relações de produção tipicamente capitalistas. Para assim compreender a dinâmica regional recente e seus novos componentes como a tímida industrialização, a retomada demográfica indígena e a consolidação de alguns importantes centros urbanos. Para tanto, temos de apontar os ciclos da ocupação econômica destes territórios. Como o “Ciclo da Borracha”, a mineração, as frentes agrícolas e a exploração de hidrocarbonetos. Sem exceção, atividades de extrativismo, promovidas em grande escala por grupos exógenos a região. Tais ciclos da economia amazônica elucidada Becker (2005), estão sempre calcados no paradigma da economia de fronteira, onde o crescimento econômico é visto como linear e infinito baseado na contínua incorporação de terras e recursos naturais, tidos como igualmente infinitos.

Fundamental é notar que o desenvolvimento extensivo do capitalismo em curso na Amazônia, é articulado pelo aparelho estatal e sua associação aos interesses e direitos da empresa privada nacional e internacional. Sem embargo, o que vemos são projetos como a contemporânea Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ações que são os portadores de interesses exógenos, como o das grandes construtoras brasileiras e do agronegócio. Que tem causado uma enormidade de impactos deletérios para o meio ambiente e a população local.

É notório que a ocupação econômica da Amazônia tem se dado pela drenagem de seus recursos naturais e humanos. Com uma produção claramente voltada para o mercado

¹⁰⁹ Parte-se do pressuposto de que a problemática amazônica, para ser entendida, tem que ser vista como TOTALIDADE estruturada historicamente. Ou seja, ver a Amazônia como conjunto, como área sul-americana que, em consequência de seu processo histórico, terminou sendo compartilhada por 8 países independentes (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), e por uma colônia, a Guiana Francesa. Assim, a problemática amazônica de hoje é uma totalidade, consequência de uma história comum. (AMAYO, E. Z. Projeto Geral do Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia – NPPA, 2005).

externo com eternização dos laços de dependência e desigualdade. Argumenta-se que a região constitui uma relação centro-periferia com os estados nacionais que a dividem aos moldes de uma economia colonial. Assim, estados como Brasil e Peru, associados ao capital mundializado agem como metrópoles completando o ciclo de esbulho colonial que sofre a Amazônia de maneira intensiva ainda hoje.

2.1 A Amazônia baixa no Brasil

Focando o caso brasileiro podemos dizer que “a partir de 1942 cresce ininterruptamente a presença do estado brasileiro na região Amazônica” (IANNI, 1986) e, sobretudo nos anos 1960-1970, com o golpe militar de 1964, o estado brasileiro engaja-se em estratégias e projetos, em busca entre outros de “assumir a vocação de supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (IANNI, 1986). Neste contexto, a Amazônia e seu suposto vazio demográfico toma parte imprescindível do projeto. Com as frentes de expansão aliadas aos projetos estatais de infraestrutura tem início o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira, típico de formações de capitalismo tardio. Sua integração a esta estratégia de desenvolvimento está fortemente calcada no modelo importação e exportação de economia aberta, com elementos de “capitalismo associado e dependente marcadamente desigual e combinado” (FERNANDES, 2005).

Desta forma, as frentes pioneiras de expansão e o interesse de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, articulados ao aparelho estatal põem em marcha a expansão da acumulação de capital na região, data daí inclusive, o aprofundamento da distinção e contraposição da sociedade nacional e do indígena, transformado de maneiras progressiva em outro, estranho e estranhado, visto senão como um obstáculo ao arquitetado “progresso” nacional. Isto posto, as frentes pioneiras de expansão e o interesse da empresa privada comandam a vida econômica e política da região.

O modelo econômico definido exogenamente pelo governo “que alia suas práticas, projetos e organismos inclusive leis e decretos de modo a impulsionar e proteger a expansão e as iniciativas do capital-imperialismo” (IANNI, 1986), subordina todos os outros elos do encadeamento social. Vê-se, portanto que a inclusão da região Amazônica no processo que a partir dos anos 1960 e acentuadamente nos anos 1970 concorre para a acumulação de capital no centro-sul do país e no exterior tem fortes elementos de uma economia de enclave. Traduzida em efeitos expropriadores na região, especialmente para as sociedades indígenas no que diz respeito às relações de propriedade da terra, força de trabalho e cultura. Deste modo,

podemos consequentemente, compreender as circunstâncias e os desdobramentos da inserção da região Amazônica no interior dos estados nacionais que a compartilham.

2.2 A alta Amazônia peruana

Historicamente, o ocidente passou a conhecer a Amazônia, a partir da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana em 1540-41 organizada pelo vice-reinado peruano. É no Peru que nasce o rio Amazonas – que determina o nome desta região sul americana compartilhada – na montanha Mismi a 5597 metros ao nível do mar, contudo não é apenas o rio Amazonas que se origina no Peru, mas muitos de seus afluentes, em torno de 40%, dentre eles o enorme rio Madeira. Ecologicamente é onde se localiza o maior sistema de montanhas tropicais do planeta terra, essencial para o ciclo da água corrente de superfícies, que geram, por exemplo, o rio Maranhão na maior montanha tropical do planeta, Huáscaran com 6.768 mts.

Ademais, estes pais têm territórios dos mais ricos em forma de vida vegetal e animal, sendo um dos 16 países megadiversos do mundo (assim conhecidos por possuírem 70% da biodiversidade mundial). Sendo, com seus 950.000Km² de Amazônia, o segundo em extensão (o primeiro é o Brasil com quase 4 milhões de Km²). Porém, o Peru como os outros países Andino-amazônicos detém a alta e a baixa Amazônia, característica que tem haver com qualidade (é o primeiro em alta Amazônia e o segundo em baixa).

É ainda, o primeiro país em população indígena de toda a floresta, com quase 1/3 do total (o Brasil é o segundo com aprox. 1/5) sendo, portanto, o mais rico em recursos humanos, concentrando o riquíssimo conhecimento indígena acerca da floresta. Mas que tem sido como no caso brasileiro, perpassado por uma constante exploração aos moldes coloniais, onde os interesses do índio são colocados como contrários as aspirações impositivas do Estado nacional Peruano de exploração de sua riqueza mineral, biológica e humana. Situação que fica mais do que evidente frente à declaração a 28 de outubro de 2007 do então presidente peruano Allan Garcia Pérez intitulado El síndrome del perro del hortelano¹¹⁰.

¹¹⁰ Publicado no diário El Comercio. Onde explana acerca da contradição existente entre as possibilidades de desenvolvimento da sociedade peruana, e o que ele chama de “síndrome de cachorro do vendeiro”. Ou seja, das históricas lutas indígenas para impedir a expropriação de seu meio de produção, a terra, por indústrias transnacionais. Que em sua visão fariam prosperar o conjunto da sociedade peruana, não obstante, o que verificou em seu governo foi uma grande concentração regional e social das rendas geradas pela economia peruana.

2.3 A população indígena amazônica

Segundo Amayo Zevellós (2009) desde o início da conquista da RA, portugueses e espanhóis deram diferente tratamento aos filhos da terra. Um contraste de grande relevo é no tocante a legalidade da escravidão e do aprisionamento indígena, no Brasil colônia essas práticas eram legais perante a metrópole portuguesa. Já nas colônias espanholas, como é o caso do vice-reinado peruano, era ilegal perante a metrópole, que, todavia regulamentava a exploração do trabalho indígena através da *Mita*¹¹¹, que contribuiu significativamente para a grave queda demográfica dos povos indígenas na América espanhola.

Portugal, portanto, impunha a escravidão como forma de trabalho no Brasil, afinal, era mesmo o império mercantil que tinha como principal mercadoria o trabalho escravo.

Mas, na RA a população que encontraram, produziam e reproduziam sua vida, por meio da caça e da coleta, aprisionar seu trabalho, transformando-os em agricultores tornou-se empreendimento oneroso. Pois, como esclarece Caio Prado¹¹², estes resistiram fugindo cada vez mais para o interior da Amazônia, assim para caçá-los e escravizá-los, surge o fenômeno das *bandeiras*, que expande as fronteiras brasileiras na RA. Frente às minas de metais preciosos que encontraram nos Andes, que produziam vultosas quantidades através do trabalho indígena em regime de mita, sua primordial preocupação no auge do capitalismo mercantil, o território Amazônico foi relativamente desconsiderado pelos espanhóis. Ao contrário os portugueses lhe davam maior importância, afinal era o meio mais fácil de chegar aos cobiçados metais da serra.

Este duplo sentido da conquista portuguesa na RA, a expansão e o escravismo, quase extinguiu os indígenas da RA no Brasil, foi mesmo necessário em 1758 a proibição da escravidão indígena no Brasil. “Em 1758 a população indígena no Brasil se encontrava em um número muito baixo [...]” (AMAYO, 2009, p.329). Pela escassez de dados, usaremos estatísticas do livro *Amazônia sem Mitos* de 1992, que apesar de desatualizadas frente às mudanças das últimas duas décadas, é seguramente um guia que não perdeu tanto a sua atualidade em termos de proporção. Desta forma, na RA vivem em torno de 935 mil indígenas (menos de 12% do que existia no momento da conquista), deste total 213 mil ou 22,75% estão nos territórios brasileiros, o segundo em números absolutos em uma área que corresponde a

¹¹¹ Era uma forma de trabalho compulsório do império inca que foi apropriada pelos espanhóis à época colonial. Não obstante, os espanhóis tornam-no em um instrumento desumano de exploração da mão-de-obra indígena. Cerca de 5% dos indígenas de cada distrito eram deslocados de suas respectivas comunidades, geralmente por um prazo de 4 a 6 meses (podendo chegar a 12 meses), e enviados a regiões de extração de minérios, em especial a prata e o mercúrio, ou de agricultura sazonal.

¹¹² PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

60% do total da RA. Ao passo que no Peru temos 300 mil ou 32% do total, o primeiro em números absolutos, em uma área que corresponde a 15% do território da RA. As proporções falam por si, apesar da Amazônia peruana em termos territoriais ser ¼ da brasileira, sua população indígena é quase 30% maior.

Os dados são ainda mais alarmantes se verificarmos a densidade populacional relativa, o Brasil tem 0,05 indígenas por Km², ocupando de longe o último lugar em números relativos. O Peru tem-se uma densidade de 0,31 indígenas por Km², ocupando o quarto lugar.

Disso, se deduz – argumenta Amayo Zavallos – que se no Peru foi péssimo o tratamento dado aos indígenas (o que explica sua péssima estatística), no Brasil ele foi terrível, pois suas estatísticas, em números absolutos e especialmente em números relativos, são péssimas. Ademais, o número de sociedades nativas no Peru é muito menor, da ordem de 40, enquanto no Brasil, temo em torno de 70. Porém, estas se contam em centenas, milhares e dezenas de milhares no caso dos Ashaninkas (apesar do impacto negativo do Sendero Luminoso e das guerras internas neles), no Brasil se conta por dezenas, centenas e excepcionalmente por milhares. (AMAYO, 2009, p.332 - 333).

Disto é evidente que o passado escravocrata e expansionista do Brasil colônia, é componente indispensável da atual debilidade da população indígena amazônica neste país. Além do mais, pelos números e por sua história “a população indígena amazônica peruana, está condenada a liderar os movimentos que impactem o conjunto da floresta amazônica” (AMAYO, 2009, 333).

Exemplo disso são os efeitos do sistemático descumprimento de leis por parte do Estado peruano, como a lei de consulta previa que movimentam, a partir dos protestos indígenas, a sociedade nacional peruana do qual é exemplo Bagua em 2009¹¹³.

[...] algo deste tipo no Brasil é impensável, - explica Amayo Zavallos - primeiro pela debilidade e fragilidade de seu movimento indígena, a população indígena amazônica no Brasil é muito pequena e distribuída ao longo deste imenso território, seu número em qualquer lugar deste país continental é muito pequeno o que agregado as enormes distâncias, torna muito difícil a organização do movimento indígena. Outro ponto fundamental é que no Brasil os indígenas não têm status pleno de cidadania, só a conseguem perdendo seu status de indígena, tanto é que para “protege-los”, existe uma instituição estatal a FUNAI (Fundação do Índio), construída para evitar abusos e assisti-los, com educação, cuidados médicos e etc., e é claro para controlá-los. (AMAYO, 2009, p. 337).

No caso brasileiro, “o grande contingente populacional indígena localiza-se, não por

¹¹³ Em 5 de junho de 2009, aconteceu uma intervenção policial violenta em um bloqueio pacífico organizado por comunidades amazônicas em Bagua. Este embate vitimou fatalmente 5 indígenas, 4 civis e 24 policiais, resultando na prisão de dezenas de pessoas e tantos outros feridos. A partir daí esta movimentação se generalizou e acabou por impactar primeiro a sociedade amazônica peruana e depois a nacional. Uma de suas conquistas mais preciosas foi obrigar o governo peruano a rever sua política para a Amazônia.

acaso, na Amazônia.” (CARNEIRO, 1994, p.125), grande parte da região ficou de fora dos primeiros surtos econômicos de exploração. Desta forma, “as populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem.” (CARNEIRO, 1994, p.125).

Conclusões

Desde tempos remotos a RA é uma importante região do planeta, por sua riqueza de recursos biológicos e minerais, dos quais o mais fundamental é a atividade humana. A vida humana já prosperava na região e existem provas empíricas como demonstrado que a RA, muito antes da conquista ibérica, configurava-se num espaço político, social e econômico de relações significados por seus habitantes originários. Sabemos que a conquista significou, antes de tudo, a desestruturação e desaparecimento de sociedades inteiras.

A conquista realizou o esbulho material através de guerras de desapropriação dos meios de produção e de expropriação do trabalho, aprisionando-o através da violência, a forma de propriedade privada. Situação que resultou em dramático refluxo populacional. Já aí, temos o fermento da situação político econômica de dependência e marginalização que irá se desenrolar de maneira eternizada no contexto do capitalismo na região, sobretudo em sua fase mundializada.

A Amazônia é uma localidade chave na expansão do capital monetário financeiro, é uma colônia interna de países capitalistas dependentes como Brasil e Peru, que concorre de maneira fundamental para a acumulação do capital nacional e internacionalmente. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia tem como características gerais a gênese desigual e combinada com associação e dependência em relação aos centros hegemônicos do poder. O estado nacional, por sua vez, patrocina o empreendimento privado as expensas dos interesses da sociedade civil, encarados por vezes como entraves ao pretenso “progresso” nacional.

Desta forma, a RA é refém de uma organização econômica de enclave que visa drenar as riquezas de dentro para fora. O que gera, no local, tão somente uma economia residual que concorre para eternizar o estado de dependência econômica, sem jamais criar fluxos de renda internos duradouros, que criem nexos de desenvolvimento endógeno. É igualmente fundamental compreender o engajamento dos estados com Peru e Brasil com o modelo de importação e exportação de economia aberta e livre aos fluxos de capital externo.

Nesse sentido, as sociedades indígenas amazônicas, artificies da região, que convive e

subsiste com essa realidade, tem por sua vez, interesses e direitos debilmente protegidos. Sua realidade é a da expropriação de suas terras, força de trabalho e cultura pelo estado nacional e iniciativa privada. Que utilizam largamente seus conhecimentos sobre a produção e reprodução da vida no interior de territórios do tropico úmido.

Tais sociedades, sobremaneira no Peru, tem sido importantes atores nas lutas de resistência a apropriação e a expropriação indiscriminada dos recursos e direitos dos povos da RA. A Amazônia em seus recursos naturais e sociais compreende um vasto campo para a acumulação de capital, e é extensivamente explorada, sendo um caso emblemático das linhas gerais do desenvolvimento capitalista em curso na América latina. Onde, jamais houve ruptura com a associação dependente ou desagregação completa do antigo regime e de suas características com extrema concentração social e regional da riqueza.

Referências Bibliográficas

AMAYO ZEVALLOS, E. *Por qué estudiar la formación historica y la problematica actual de la amazonia*. Spiral Estudios sobre Estado y Sociedad Vol. V nº 15, **1999**. pp. 73-105.

AMAYO ZEVALLOS, E. *Indigenas amazónicos, motores de la historia: los casos del Perú y Brasil en perspectiva*. Peru Hoy, **2009**. pp. 320-339.

BECKER, K. B. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, Nº 53, **2005**. pp. 71-86.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

DA CUNHA, M. C. *O Futuro da Questão Indígena*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, p. 121-136, **1994**.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. - 5.ed. - São Paulo: Globo, **2005**.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*; - 2 ed. Civilização Brasileira, **1986**.

KORNIS, G. *A Crise do Estado de Bem-Estar: Problemas e Perspectiva da Proteção Social*. Tese de Doutorado, IEI/UFRJ, **1994**.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 1.ed – São Paulo: Expressão Popular - CLACSO, **2008**.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2 ed. - São Paulo: Ciências Humanas, **1979**